

Desafios e Contradições para uma abordagem sobre Trabalho e Emprego em Moçambique

Rosimina Ali

(rosimina.ali@iese.ac.mz)

WEBINAR Divulgação do Livro 'Desafios para Moçambique 2020: Secção II – Economia'

www.iese.ac.mz

05 de Abril de 2021

➤ Porquê repensar a abordagem dos Mercados de Trabalho em Moçambique?

■ Interrogações, contradições e tensões:

-
- Quadro dominante; Ex. reflectido nas políticas públicas, estatísticas oficiais e legislação laboral.
 - Padrões e relações de trabalho e emprego (marcados por rupturas na organização e condições de trabalho na estrutura económica)

■ Método de análise, perspectivas alternativas

➤ Conclusões e questões a seguir

Porquê repensar a abordagem dos Mercados de Trabalho em Moçambique?

Interrogações de pesquisa:

- Criação de emprego vs. Qualidade de emprego? (Quais as tensões nesta contradição no sistema de acumulação dominante?)
- Como se relacionam a organização do trabalho, do emprego, dos modos de vida, e das estruturas produtivas no sistema social de acumulação dominante em Moçambique?
- Até que ponto a estrutura da economia de Moçambique restringe/promove a criação de emprego não precário ou de qualidade?

Porquê repensar a abordagem dos Mercados de Trabalho em Moçambique?

Porque é que isto é problemático?

- A criação de emprego tem sido o enfoque das políticas públicas para a melhoria das condições de vida em Moçambique (Política de Emprego, PQG 2015-2019, PQG 2020-2024). O actual PQG prevê criar o dobro da meta do número de empregos planificada para o PQG anterior, correspondente a 3 milhões de novos empregos até 2024;
- **MAS**, um leque amplo de evidência mostra que o emprego precário multiplicou-se no País;
- Ausência de discussão do que significa trabalho e emprego nas condições socioeconómicas específicas de Moçambique. Os mecanismos pelos quais o emprego poderia reduzir a pobreza permanecem inexplicados;
- A análise dos mercados de trabalho é dominada por lacunas metodológicas, assentes numa visão dualista e dicotómica sobre o seu funcionamento na economia; onde padrões importantes de trabalho permanecem invisíveis e são tratados isoladamente das dinâmicas de acumulação e (re)produção social. Ex. Trabalho não pago, negligência da interdependência entre diversas formas de trabalho, em muitos casos precárias.
- Este quadro é problemático, na medida em que as estruturas de trabalho (que incluem emprego) são geradas pelas (e geram as) condições de (re)produção social.
- A negligencia destas questões pode comprometer a formulação e efectividade das políticas públicas sobre emprego, pobreza e desenvolvimento.
- Estas questões precisam de ser analisadas de forma sistémica e através de uma abordagem ampla e integrada dos mercados de trabalho e a estrutura socioeconómica.

Método de análise

- Este estudo está assente numa abordagem de economia política e informada por lentes de reprodução social, que permite 'olhar'/analisar o trabalho numa dimensão ampla das inter-relações co-constitutivas entre produção e reprodução.
- O trabalho é definido de forma ampla e envolve a produção de valor (com ou sem valor de troca) pela força de trabalho através da realização de qualquer actividade, formal/informalmente subordinada ao capital, em diferentes esferas; produtiva/reprodutiva, agrícola/não agrícola, pago/não pago, presencial/ digital. O emprego é parte desta dimensão mais ampla do trabalho e pressupõe o trabalho assalariado/remunerado; monetarizado ou trabalho com valor de troca.
- Os mercados de trabalho são diversificados e heterogéneos e marcados por tensões e relações sociais conflituosas.

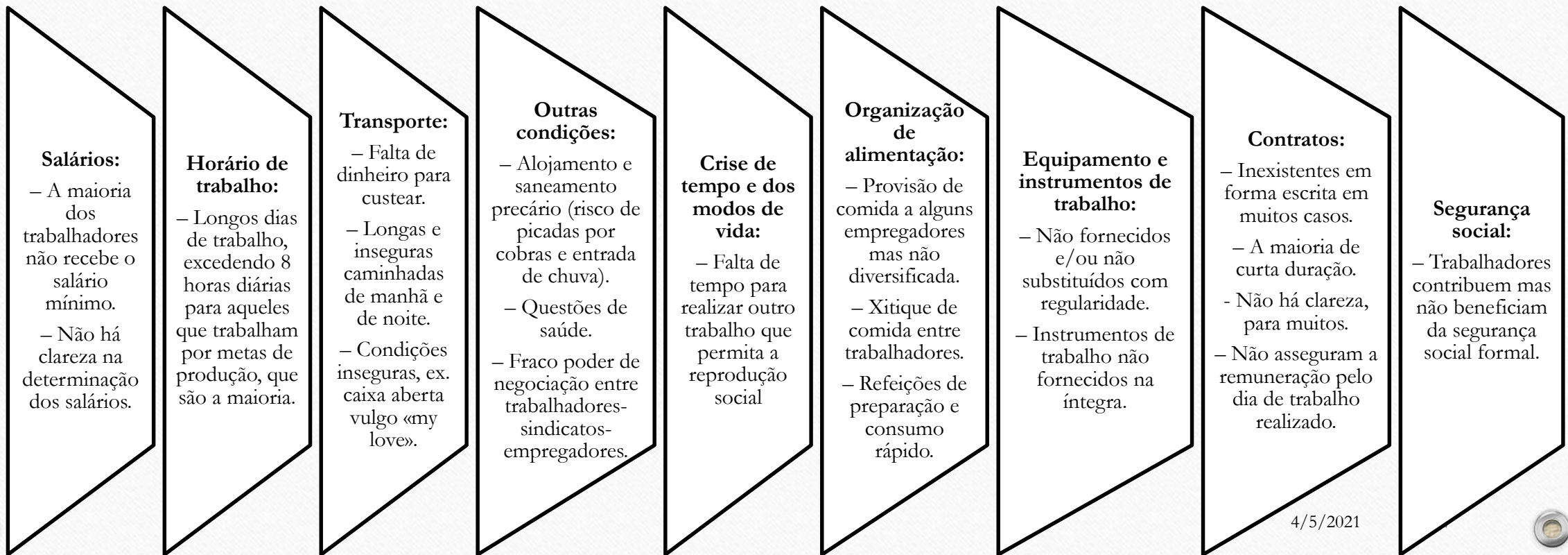
Conclusões: não há melhor trabalho sem transformação socioeconómica em Moçambique

- Este artigo mostra porquê a questão central não é a meta de quantidade de empregos criados, mas o tipo, condições e qualidade do emprego criado nas condições específicas de acumulação em Moçambique.
 - É necessário desconstruir o dualismo no funcionamento da economia e as dicotomias nos mercados de trabalho para um entendimento do relacionamento entre a organização do trabalho e das estruturas produtivas no sistema socioeconómico dominante. Estruturas de emprego e de trabalho, mais amplamente, estruturam as estruturas da economia e vice-versa.
-
- A organização actual da estrutura económica de Moçambique, concentrada e focada na exploração de recursos naturais e na produção de mercadorias para exportação sem ou com fracas ligações produtivas, reproduz a dependência nos produtos primários para exportação (sem ou com processamento mínimo) e uma economia dependente da importação de bens básicos de consumo (Castel-Branco, 2010). Esta estrutura económica bastante concentrada e desarticulada, tem sido incapaz de gerar emprego de qualidade, que são agravadas num contexto de fraca provisão pública de bens e serviços básicos, incluindo segurança social.
 - A contradição entre a criação e a qualidade do emprego no sistema social de acumulação em Moçambique é evidenciada nas condições sociais de trabalho na agro-indústria, por exemplo.

Conclusões: não há melhor trabalho sem transformação socioeconómica em Moçambique

- O tipo de emprego reflecte o modo de organização da produção e do trabalho predominante, no qual, no caso das agro-indústrias (que tem acesso à baixo custo a recursos – terra, água, etc. – e a força de trabalho barata e disponível), a base de rentabilidade das empresas agro-industriais depende das condições de trabalho irregulares, instáveis, mal remuneradas e precárias.
- A disponibilidade de força de trabalho depende, em geral, da capacidade dos trabalhadores de sustentar sua reprodução social por meio de diversos de trabalhos interligados, muitas vezes precários, pagos e não pagos.

Organização e condições de emprego: exemplo das agro-indústrias em Moçambique



Conclusões: não há melhor trabalho sem transformação socioeconómica em Moçambique

- Uma abordagem informada por uma perspectiva de reprodução social permite-nos ver as interconexões e interdependência entre trabalho remunerado e não remunerado que são particularmente importantes no contexto de empregos dominados por informalidade (cerca de 88% da PEA), irregularidade do trabalho, baixa remuneração, alta rotatividade da força de trabalho;
- A evidência revela que o emprego não pode ser entendido separadamente de outros tipos de trabalho (ex. productivo e reproductivo, pago e não pago), desconstruindo e rompendo as dicotomias nos mercados de trabalho. Uma crise numa dessas esferas de trabalho afecta as restantes e tem impacto no bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias;
- Condições de trabalho transcendem a esfera convencionalmente considerada 'productiva' sendo também afectadas pela esfera reproductiva; organicamente interligadas. Ou seja, as condições de emprego são afectadas pelas condições mais gerais de reprodução social da força de trabalho, que vão além da convencional 'unidade productiva' ou 'local de trabalho'. Por exemplo, o trabalho não pago, de cuidado, o acesso a bens básicos de consumo, são alguns exemplos de condições essenciais de reprodução social da força de trabalho. É crucial repensar possíveis espaços de mudança da organização da produção e do trabalho que afectam as condições de emprego e também enfrentar o desafios das condições mais gerais de (re)produção social.
- A análise dos mercados de trabalho deve olhar amplamente para o trabalho e incluir o trabalho não pago, por exemplo.
- A impossibilidade de proporcionar acesso a empregos de qualidade e bens e serviços básicos baratos, incluindo protecção social, para a maioria das pessoas, indispensáveis à reprodução da força de trabalho, agrava as rupturas de trabalho, a precariedade do trabalho, exacerbando a fragmentação dos modos de vida e intensificando a diferenciação social.

Conclusões: não há melhor trabalho sem transformação socioeconómica em Moçambique

- Portanto, a questão central não é a criação de empregos, mas a qualidade do emprego, sobretudo num contexto em que a precariedade do emprego, a pobreza e a desigualdade se reproduzem no modo produtivo dominante. A crise sistémica na organização do trabalho é inerente ao sistema social de acumulação. A pandemia do Covid-19 veio exacerbar esta crise.
- É crucial redistribuir o encargo dos custos de reprodução social suportados pelos trabalhadores e suas famílias.
- Negligenciar esta realidade das condições sociais de trabalho, instáveis e inseguras, na estrutura económica prevalecente em Moçambique coloca em causa políticas públicas sobre emprego e desenvolvimento.
- A transformação da estrutura socioeconómica e das relações sociais desiguais e de expropriação, inerentes ao sistema social de acumulação predominante em Moçambique, e da sua posição residual nas cadeias de valor globais, é crucial. O papel do Estado é cada vez mais enfatizado neste processo. Ex. rever o espaço fiscal limitado e as isenções concedidas aos megaprojetos. A organização dos trabalhadores e a negociação colectiva por melhores condições sociais de trabalho são fundamentais e dependem da relação conflituosa entre o trabalho, o capital e o Estado.
- Processos de industrialização são fundamentais para permitir o desenvolvimento de uma base produtiva, comercial, fiscal, tecnológica, logística e científica, ampla, diversificada e articulada, bem como as possibilidades de distribuição de riqueza, capazes de estimular mercados de trabalho dinâmicos que estimulem empregos e condições sociais estáveis e seguras.
- A menos que as inter-relações co-constitutivas entre produção e reprodução sejam compreendidas e abordadas, as rupturas nas condições de trabalho e a fragmentação dos modos de vida intensificarão a crise do sistema social que pode entrar em colapso!

Tem interesse no tema? Algumas recomendações de bibliografia adicional

- Ali, R., Castel-Branco, C. N. & Muianga, C. (2017). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Stevano, S. (2019). “Work in the agro-industry, livelihoods and social reproduction in Mozambique: beyond job creation”. *IDeLAS n° 121e*. Maputo: IESE.
- Amsden, A. (2010). «Say’s law, poverty persistence, and employment neglect». *Journal of Human Development and Capabilities*. 11 (1), 57-66.
- Battacharya, T. 2017. “Introduction: Mapping Social Reproduction Theory.” In *Social Reproduction Theory. Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press.
- Castel-Branco, R. (2020). «O trabalho e a protecção social num contexto de estado de emergência em Moçambique». *Boletim Ideias n° 125*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2017). «Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique». In: L. de Brito, *et al.* (eds.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE, pp. 99-164.
- Fine, B. (1998). *Labour Market Theory. A Constructive Reassessment*. Londres e Nova Iorque: Routledge Frontiers of Political Economy.
- Gosh, J. (2019). «‘Minimum Income’ in India Must Come Through Jobs, Public Services and Pensions». *The Wire*.
- Harvey, D. (2006). *Spaces of Global Capitalism Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. Londres: Verso.
- Louçã, F. (2016). «Marx e o trabalho, origem de todas as coisas». de Maio de 2016. Esquerda. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/marx-e-o-trabalho-origem-detodas-coisas/42743>, 12 de Maio (consultado a 28 de Maio de 2020).
- McNally, D. (2017). «Intersections and dialectics: Critical reconstructions in social reproduction theory». In: Tithi Bhattacharya (ed.). *Social Reproduction Theory. Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto Press, pp. 94-111.
- O’Laughlin, B. (2019). «An Interview with Bridget O’Laughlin – Journal of Agrarian Change». *Agrarian Questions. The Journal of Agrarian Change*.
- O’Laughlin, B. (1981). «A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (3). Centro de Estudos Africanos (CEA). Maputo: UEM, pp. 9-32.
- Oya, C., Cramer, C. & Sender, J. (2017). «Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique». In: R. Ali *et al.* (eds.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 89-112.
- Stevano, S. & Ali, R. (2019) «Working in the agro-industry in Mozambique: Can these jobs lift workers out of poverty?» *Boletim Ideias n° 117e*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M. (1980). «Economia política do colonialismo português em Moçambique». *Estudos Moçambicanos* (1). Centro de Estudos Africanos. Maputo: UEM, pp. 9-22.

Obrigada!

rosimina.ali@iese.ac.mz

www.iese.ac.mz